

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 29801354158		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referir-se à filial) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviações) RAILANE SILVA ALVES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRA	
SEXO FEMININO	REGIME DE BENS (se casado) XX		
FILHO DE (nm) CARLOS ROBERTO JOSE ALVES		O(m)s RENILDA SOUZA DA SILVA ALVES	
NASCIDO EM (data de nascimento) 01/04/1986	IDENTIDADE número 1377438020	Órgão emissor SSP	UF BA
CPF (número) 022.012.275-00			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente em caso de menor) XX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) DINA CAMPOS			NÚMERO 656
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	BARRIO/DISTRITO CIDADE NOVA	CEP 45860000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (para os dados bancários) BA
MUNICÍPIO CANAVIEIRAS			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verdadeiras todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado da Bahia.			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XX
NOME EMPRESARIAL R. S. ALVES			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) TRAVESSA DOIS DE JULHO			NÚMERO 414
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	BARRIO/DISTRITO CENTRO	CEP 45860000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (para os dados bancários) BA
MUNICÍPIO CANAVIEIRAS		UF BA	PAÍS BRASIL
VALOR DO CAPITAL - R\$ 60.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) SISSENTA MIL REAIS	CORREIO ELETRÔNICO (e-mail) railanesouza21@hotmail.com	
CÓDIGO DA ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 9529105 Atividades Secundárias 4783604 4773300 4781400 4782201 XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX	DESCRIÇÃO DO OBJETO XX XX		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 03/11/2011	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 14569742000168	Representação do NIRE ou NIRE de outra UF NIRE anterior XXXX	UF XXXX
ASSINATURA DA FÉRMENHA DO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal/garante) R. S. Alves			
DATA DA ASSINATURA 02/07/2020	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Railane Silva Alves		
NOME DO EXCLUSIVO DA JOTA			
DEFERIDO PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO		

Requerimento Eletrônico: 8100000644058

Página 2 de 2



Certifico o Registro sob o nº 97877501 em 07/07/2020

Protocolo 204001447 de 06/07/2020

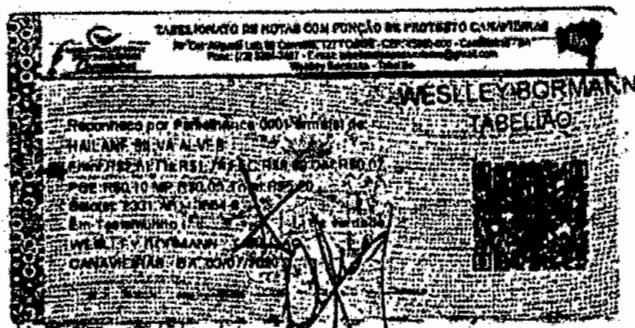
Nome da empresa R. S. ALVES NIRE 29801354158

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 172266018978425

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/07/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



Certifico o Registro sob o nº 97977501 em 07/07/2020

Protocolo 204001447 de 06/07/2020

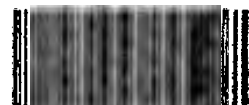
Nome da empresa R. S. ALVES NIRE 29801354158

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 172266018978425

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/07/2020

por Tiana Regia M G de Araújo - Secretária-Geral



204001447

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	R. S. ALVES
PROTOCOLO	204001447 - 06/07/2020
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29801354158
CNPJ 14.559.742/0001-66
CERTIFICO O REGISTRO EM 07/07/2020
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 97977501 DE 07/07/2020 DATA AUTENTICAÇÃO 07/07/2020

Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M. G. DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

07/07/2020

Certifico o Registro sob o nº 97977501 em 07/07/2020
Protocolo 204001447 de 06/07/2020

Nome da empresa R. S. ALVES NIRE 29801354158

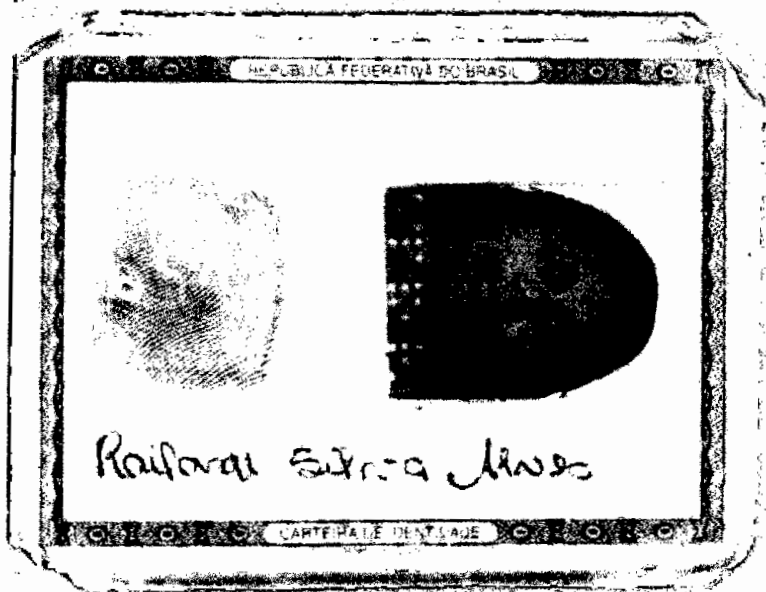
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

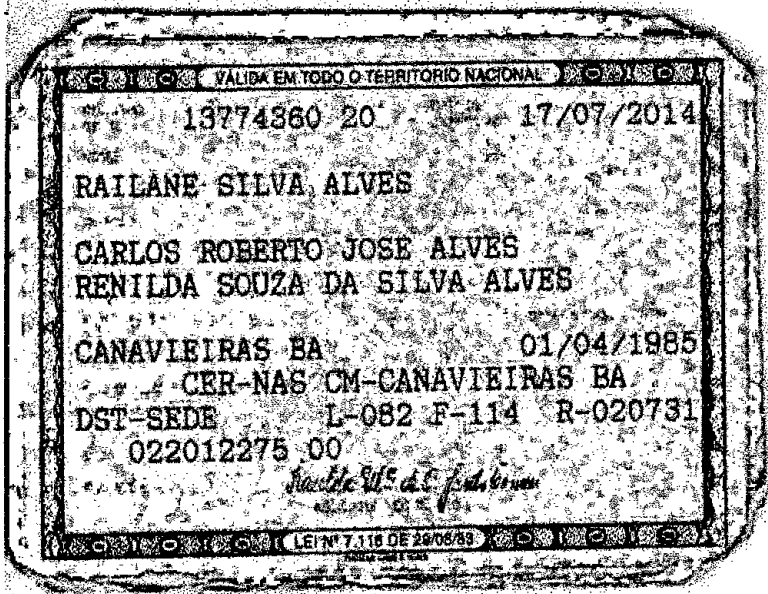
Chancela 172266018978425

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/07/2020

por Tiana Regila M. G. de Araújo - Secretária-Geral







VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

13774860 20

17/07/2014

RAILANE SILVA ALVES

CARLOS ROBERTO JOSE ALVES

RENILDA SOUZA DA SILVA ALVES

CANAVIEIRAS BA

01/04/1985

CER-NAS CM-CANAVIEIRAS BA

DST-SEDE

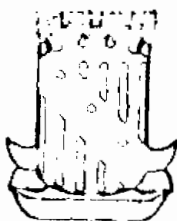
L-082 F-114

R-020731

022012275 00

Railane U. da Silva

LEI Nº 7.116 DE 20/06/83

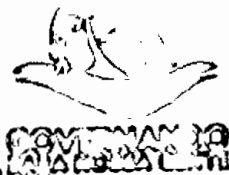


PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVEIRAS

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE FINANÇAS

Nº 211/2024



ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

NOME DO PROPRIETÁRIO

R. S. ALVES

NOME FANTASIA

ESTOFARIA CANES

ENDEREÇO

RUA 02 DE JULHO 414 LOJA CENTRO - CANAVEIRAS - BA

ATIVIDADE

Reparação de artigos de mobiliário

INSCRIÇÃO

CÓDIGO ATIVIDADE

9529-1/05

CAD. ECONÔMICO

24117

CPF/CNPJ

14.559.742/0001-66

RESTRIÇÕES

José Wellington dos Santos
Assessor de Localização Tributária
Portaria nº 008/2021

Eliú Matos Lemos da Silva
Secretário de Finanças
Decreto nº 173/2023

DATA EMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO

22/07/2024

VALIDADE

SECRETARIA DE FINANÇAS
31/12/2024

AVISO: O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL E RENOVADO ANUALMENTE



ESTADO DA BAHIA
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COMPRAS

Canavieiras, 29 de Novembro de 2022.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa **R. S. ALVES - ME**, com sede à Travessa 02 de Julho, nº 414, loja, Centro - Canavieiras – BA – CEP 45.860-000, inscrita no CNPJ: 14.599.742/0001-66, sagrou-se vencedora no **Pregão Presencial nº 293/2021**, cujo objeto consiste em **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO PRÉDIO DA PREFEITURA, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

Atestamos ainda que o fornecimento foi executado dentro dos prazos e de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos, não existindo em nosso registro fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Amanda Vieira
Chefe de Compras

Prefeitura Municipal de Canavieiras
CNPJ 13.817.804/0001-20
Praça da Bandeira s/nº - Centro
CEP 45860-000 Canavieiras Bahia



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00563355E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuição de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores à data de 02/09/2024, verifiquei **NADA CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: RS ALVES - ME

CNPJ: 14.559.742/0001-66

Endereço: Trav. Dois de Julho, 414 – Canavieiras – Ba

Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Em caso de inconformidade entrar em contato com o SEDEC através do e-mail sedec@tjba.jus.br.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade da RAZÃO SOCIAL com o CNPJ. Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certidão emitida de acordo com a lei nº 11.971, de 06/07/2009 e com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. A pessoa prejudicada pela disponibilização de informação na rede mundial de computadores poderá solicitar a retificação ao órgão jurisdicional responsável.

Certifico, finalmente, que esta certidão é sem custas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessário a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 2 de setembro de 2024



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: R. S. ALVES
CNPJ: 14.559.742/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:27:06 do dia 18/09/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/03/2025.

Código de controle da certidão: **17DC.1546.E0AA.7BDB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF

Inscrição: 14.559.742/0001-66
Razão Social: R S ALVES
Endereço: TRAV DOIS DE JULHO 414 / CENTRO / CANAVIEIRAS / BA / 45860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:07/09/2024 a 06/10/2024
Certificação Número: 2024090701421874204980

Informação obtida em 23/09/2024 16:04:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: R. S. ALVES
CNPJ: 14.559.742/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:27:06 do dia 18/09/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/03/2025.

Código de controle da certidão: **17DC.1546.E0AA.7BDB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R. S. ALVES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.559.742/0001-66

Certidão nº: 60074066/2024

Expedição: 02/09/2024, às 10:48:45

Validade: 01/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que R. S. ALVES (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 14.559.742/0001-66, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Número: 000485/2024.E



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20243195429

RAZÃO SOCIAL	
R. S. ALVES	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
014.586.682	14.559.742/0001-66

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 29/07/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2024

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei no 14.1331/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER do Agente de Contratação que prevê que a DISPENSA DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 75, inciso II, alínea a, da Lei Nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridos as exigências legais e os requisitos para a contratação;

OBJETO A SER CONTRATADO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VENTILADORES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GONGOGI-BA,

CONTRATADO: R. S. ALVES

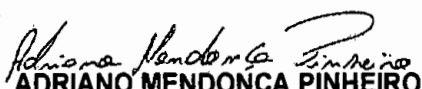
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/10/2024

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 72 c/c 75, inciso II, da Lei Federal de Licitações Nº 14.133/2021.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei no 14.1331/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

GONGOGI/BA, 02 de outubro de 2024.


ADRIANO MENDONÇA PINHEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 247/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
247/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO
DE GONGOGI, POR INTERMÉDIO DO (A)
PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA R. S.
ALVES.

O MUNICÍPIO DE GONGOGI/BA por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede à Rua Dom Eduardo Herberold, 17, Centro, GONGOGI, estado da Bahia, inscrita no CNPJ de nº 14.235.048/0001-93, neste ato representada pelo(a) Excelentíssimo Sr. ADRIANO MENDONÇA PINHEIRO - Prefeito do Município de GONGOGI/BA, doravante denominado CONTRATANTE, **R. S. ALVES**, inscrita no CNPJ nº 14.559.742/0001-66, com sede na Travessa Dois de Julho, 414, Centro, Canavieiras - BA, CEP 45.860-000, neste ato representada por **RAILANE SILVA ALVES**, Documento de identidade nº 1377436020 SSP BA, CPF sob nº 022.012.275-00, residente e domiciliada na Travessa Dois de Julho, 414, Centro, Canavieiras - BA, CEP 45.860-000, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 117/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VENTILADORES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GONGOGI-BA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa, caso existentes;

1.2.3. A Proposta do Contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.

Por se tratar de aquisição/serviço com valor inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos – valor atualizado vide Decreto 11.871, de 29 de dezembro de 2023) , justifica-se a contratação direta do objeto por meio de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que descreve o seguinte:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e

compras; (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência)

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O valor global descrito na Cláusula Quinta de **R\$ 25.660,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta reais)**, será pago integralmente, mediante apresentação das Notas Fiscais, devidamente atestadas pelo órgão responsável, em até 30 (trinta) dias úteis mediante ordem de fornecimento expedida pelo gestor do contrato.

§ 1º - O pagamento será realizado por meio de transferência bancária em conta de titularidade da Contratada

§ 2º - A nota fiscal que apresentar incorreção será devolvida à contratada, e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida;

§ 3º - O pagamento será efetuado a partir da emissão das notas fiscais e será liberado mediante a apresentação dos documentos abaixo identificados:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais;
- b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão Negativa Trabalhista.

§ 4º - A não apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira do valores, por inadimplemento;

§ 5º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direto à atualização monetária do preço;

§ 6º - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento;

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1.1. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado nos moldes do art. 107 da Lei 14.133/21.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. VALOR

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ 25.660,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta reais)**, conforme proposta de preço apresentada constante no Processo Administrativo

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa DE EDUCAÇÃO, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1 A execução dos serviços de lavagem de veículos de pequeno, médio e grande porte, bem como ambulâncias pertencentes à frota do município de Gongogi-BA, contratados por meio deste instrumento, será realizada de acordo com as seguintes diretrizes:

6.1.1 A contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados e devidamente treinados para a execução dos serviços contratados, garantindo a qualidade e eficiência nas operações de lavagem dos veículos.

6.1.2 A forma de execução será acordada entre as partes, considerando-se a disponibilidade e a necessidade de cada veículo em ser lavado. Será estabelecido um cronograma de lavagem, que poderá contemplar lavagens diárias, semanais ou quinzenais, de acordo com a demanda apresentada pelo contratante.

6.1.3 A lavagem dos veículos deverá ser feita de forma minuciosa, abrangendo todos os componentes externos do veículo, como carroceria, vidros, rodas, para-choques, retrovisores, entre outros. Além disso, a contratada deverá garantir a limpeza interna dos veículos, incluindo a remoção de sujeiras, poeira, resíduos e demais impurezas presentes nos bancos, tapetes e demais objetos internos.

6.1.4 A contratada deverá utilizar produtos e equipamentos adequados para a execução dos serviços, priorizando a utilização de produtos biodegradáveis e que não agredam o meio ambiente. Fica expressamente proibido o uso de substâncias químicas nocivas à saúde humana ou que possam danificar os veículos.

6.1.5 A contratada deverá manter um registro detalhado de todas as lavagens realizadas, contendo informações como a data, horário, tipo de veículo, placa, nome do responsável pela lavagem, entre outros dados relevantes. Esse registro deverá ser disponibilizado mensalmente ao contratante para fins de acompanhamento e controle.

6.1.6 A contratada se compromete a manter a confidencialidade de todas as informações obtidas durante a execução dos serviços, incluindo dados pessoais dos funcionários e informações técnicas sobre os veículos. Fica proibida a divulgação dessas informações para terceiros, salvo expressa autorização do contratante.

6.2 Em caso de descumprimento das diretrizes estabelecidas nesta cláusula, a contratante poderá aplicar as sanções previstas em contrato, como multas, rescisão unilateral ou outras penalidades cabíveis, sem prejuízo das demais medidas legais aplicáveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

- a) Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos;
- b) Designar fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/21;
- c) Atestar as notas fiscais emitidas pela Contratada;
- d) Notificar a Contratada quando necessário, fixando-lhe prazo sobre irregularidades encontrada no objeto, assim como da aplicação de eventuais penalidades;
- e) Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no Diário Oficial do Município em até 10 (dez) dias úteis, contados da referida assinatura.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1 - A contratada deverá realizar a prestação de serviços de lavagem de veículos de pequeno, médio e grande porte, bem como ambulâncias pertencentes à frota do município de Gongogi-BA, conforme o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato firmado entre as partes.
- 8.2 - A lavagem dos veículos deverá ser realizada de forma regular, seguindo as normas de higiene e limpeza estabelecidas pelas autoridades sanitárias.
- 8.3 - A contratada deverá disponibilizar mão de obra capacitada para realizar a lavagem dos veículos, garantindo a qualidade dos serviços prestados.
- 8.4 - A lavagem dos veículos deverá ser feita em local apropriado, que ofereça todos os recursos necessários para a realização do serviço, como água, energia elétrica e suprimentos de limpeza.
- 8.5 - A contratada deverá utilizar produtos de limpeza adequados e devidamente autorizados pelos órgãos competentes, garantindo a preservação do meio ambiente.

- 8.6 - A lavagem dos veículos deverá ser realizada dentro dos prazos estabelecidos pela contratante, de acordo com a necessidade e demanda do município.
- 8.7 - A contratada deverá zelar pela conservação e manutenção dos equipamentos utilizados na lavagem dos veículos, sendo responsável por eventuais danos causados por mau uso ou negligência.
- 8.8 - A contratada deverá emitir nota fiscal dos serviços prestados, de acordo com a legislação tributária vigente.
- 8.9 - A contratada deverá cumprir todas as normas e regulamentações aplicáveis à prestação de serviços de lavagem de veículos, incluindo as relativas à segurança do trabalho.
- 8.10 - Em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, a contratante poderá aplicar as sanções previstas na legislação vigente, inclusive rescindir o contrato.
- 8.11 - A contratada deverá apresentar relatório mensal de execução dos serviços, contendo informações detalhadas sobre a quantidade de veículos lavados.
- 8.12 - A contratada deverá obedecer aos princípios da moralidade, eficiência, economicidade e transparência na execução do objeto contratado.
- 8.13 - A contratada será responsável pelos custos relacionados à prestação dos serviços, incluindo a remuneração da mão de obra, aquisição de produtos de limpeza, manutenção dos equipamentos, entre outros.
- 8.14 - A forma de pagamento pelos serviços prestados será estabelecida no contrato, podendo ser efetuado por meio de transferência bancária, depósito em conta corrente ou outra modalidade acordada entre as partes.
- 8.15 - Qualquer alteração ou aditamento do contrato deverá ser formalmente acordado entre as partes, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis.
- 8.16 - A contratada será responsável por quaisquer danos causados a terceiros decorrentes da prestação dos serviços, devendo indenizar a contratante por eventuais perdas ou prejuízos.
- 8.17 - Qualquer ocorrência ou evento que possa interferir na execução dos serviços deverá ser comunicado pela contratada à contratante, de imediato, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias para a solução do problema.
- 8.18 - A contratada deverá disponibilizar os meios necessários para a adequada destinação dos resíduos gerados durante a lavagem dos veículos, de acordo com as normas ambientais vigentes.
- 8.19 - A contratada será responsável por eventuais multas e penalidades aplicadas devido ao descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- 8.20 - A contratante poderá rescindir o contrato a qualquer momento, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, caso constate o descumprimento contratual pela contratada, sendo garantido o contraditório e a ampla defesa.

9 - CLAUSULA NONA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O contrante será responsabilizado administrativamente nos termos dos artigos 155 ao 163 da Lei Federal 14.133/21.

§1º - Será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato a multa aplicada a(ao) Contratada(o) em caso de atraso na entrega ou na execução do objeto, limitada a incidência à 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

§2º - Será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato a multa aplicada a(ao) Contratada(o) em caso de atraso na entrega ou na execução do objeto, por período superior

a quinze dias, ou no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

§3º - Será de 15% (quinze por cento) do valor global do contrato a multa aplicada a(ao) Contratada(o) em caso de inexecução total da obrigação assumida.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

10.1.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.1.3 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.1.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3 Indenizações e multas.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta da seguinte rubrica orçamentária do Município de Gongogi, através dos recursos orçamentários e financeiros oriundos dos recursos próprios, bem como das receitas recebidas pela municipalidade, na Dotação Orçamentária e empenho em anexo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	FONTES DE RECURSOS	SECRETARIA
208	2029 2032 2035 2031	44905200	154000000000 150010010000 155000000000	EDUCAÇÃO

Parágrafo Único: Caso ocorra alteração da Dotação Orçamentária esta passará a fazer parte do presente contrato, através de termo aditivo ou apostilamento mediante ato devidamente justificado do Ordenador de Despesas, que será obrigatoriamente juntada ao processo administrativo, com comprovação da notificação à contratada.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente,

segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

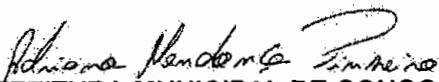
15.1 Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo;


15.2 A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela servidora Adriana Bahia Vieira, conforme Portaria nº 509/2023, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/21

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1 É eleito o Foro da Justiça em Ubaitaba/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

GONGOGI/BA, 02 de novemnro de 2024.


PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI
ADRIANO MENDONÇA PINHEIRO
CONTRATANTE


R. S. ALVES
INSCRITA NO CNPJ Nº 14.559.742/0001-66

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 247/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2024 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VENTILADORES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GONGOGI-BA,

CONTRATADO: R. S. ALVES, inscrita no CNPJ nº 14.559.742/0001-66, com sede na Travessa Dois de Julho, 414, Centro, Canavieiras - BA, CEP 45.860-000, neste ato representada por **R. S. ALVES**, Documento de identidade nº 1377436020 SSP BA, CPF sob nº 022.012.275-00, residente e domiciliada na Travessa Dois de Julho, 414, Centro, Canavieiras - BA, CEP 45.860-000.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 25.660,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta reais)

AMPARO LEGAL: art. 72 c/c art. 75, Inciso II da Lei Federal de Licitações nº 14.133/2021.

PRAZO: O prazo da referida contratação é da sua assinatura até o dia **31 de dezembro de 2024**.

GONGOGI/BA, 02 de novembro de 2024.

MAURÍCIO SANTOS KRUSCHEWSKY BARRETO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO 065/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Encontrando-se o Processo Administrativo regularmente instruído, RATIFICO o processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO 065/2024**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VENTILADORES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GONGOGI-BA**, realizada pelo Município de Gongogi - BA, junto à empresa **R. S. ALVES**, inscrita no CNPJ nº 14.559.742/0001-66, cujo valor total da contratação será de R\$ 25.660,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta reais), a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Registre-se, cumpra-se, publique-se, lavre-se o Contrato, publique-se o extrato do contrato decorrente, no prazo de lei.

GONGOGI/BA, 02 de novembro de 2024.


ADRIANO MENDONÇA PINHEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

CHECK LIST – DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 63/2024

DOCUMENTO	TEM
CAPA;	✓
AUTUAÇÃO;	✓
TÍTULOS MAURÍCIO E CPL;	✓
OFÍCIO REQUISITÓRIO EXARADO PELO SECRETÁRIO;	✓
TERMO DE REFERÊNCIA;	✓
OFÍCIO PREFEITO ENCAMINHANDO PROCESSO À CPL;	✓
OFÍCIO PREFEITO ENCAMINHANDO PROCESSO À COMPRAS;	✓
PARECER DO SETOR DE COMPRAS;	✓
TERMO DE RESP. PELA REALIZAÇÃO DE PESQ. DE PREÇO;	✓
OFÍCIO COMPRAS SOLICITANDO INDICAÇÃO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO SETOR DE COMPRAS;	✓
ARQUIVO DE COTAÇÃO DE PREÇO	✓
OFÍCIO CONTABILIDADE INDICANDO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	✓
PARECE DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO / EQUIPE DE CONTRATAÇÃO	✓
OFÍCIO CPL SOLICITANDO PARECER JURÍDICO	✓
PARECER JURÍDICO	
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (ORIGINAL)	✓
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO D.O	✓
ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	✓
ATA PUBLICADA NO D.O	✓
PROPOSTA + DOCUMENTAÇÃO EMPRESA PARTICIPANTE	✓
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, EXPEDIDA PELO PREFEITO	✓
CONTRATO	✓
EXTRATO DE CONTRATO	✓
EXTRATO DE CONTRATO PUBLICADO NO D.O	✓
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA	✓
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA PUBLICADO NO D.O	✓

RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE: _____

DATA: _____